

## A REPRESENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA ERA DA VIRTUALIZAÇÃO

**Maria Nélida González de Gómez<sup>15</sup>**

MCT/IBICT/DEP-UFRJ/ECO - [nelida@ax.apc.com.br](mailto:nelida@ax.apc.com.br)

**Ilce Gonçalves Milet Cavalcanti**

MCT/IBICT/DEP-UFRJ/ECO - [ilcecav@iis.com.br](mailto:ilcecav@iis.com.br)

**Isabela Mateus de Araujo**

BolsistaCNPq - [imateus@terra.com.br](mailto:imateus@terra.com.br)

**Rodrigo Bastos Cobra Ribeiro**

Bolsista – CNPq - [cobra@omega.lncc.com](mailto:cobra@omega.lncc.com)

**Angelina Pereira da Silva**

Bolsista – CNPq - [angel@visualnet.com.br](mailto:angel@visualnet.com.br)

***RESUMO** : Apresenta resultado parcial do Projeto Integrado de Pesquisa "Organização do Conhecimento e Políticas de Informação", cujo universo de estudo abrange pesquisadores e instituições das seguintes áreas do conhecimento: Comunicação e Ciência da Informação. A fim de entender a trajetória da informação referencial, é fornecido uma visão teórica da produção do conhecimento, como também um breve histórico das bibliografias brasileiras das áreas em estudo. Mapeiam-se, assim, os deslocamentos da representação da informação das Bibliografias impressas às Bibliotecas digitais. Mostra o panorama atual das organizações produtoras potenciais de metachecimento nas áreas estudadas.*

**PALAVRAS-CHAVE:** INFORMAÇÃO REFERENCIAL - COMUNICAÇÃO; INFORMAÇÃO REFERENCIAL - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; VIRTUALIZAÇÃO - META-INFORMAÇÃO

### 1 INTRODUÇÃO

São múltiplas as mudanças que antecipam o advento da Sociedade da Informação. Um dos principais e mais frequentemente reconhecido dos indicadores é o novo papel e estatuto do conhecimento, e, em decorrência, o uso intensivo da informação. Manuel Castells prefere falar do modo informacional de desenvolvimento que se caracterizaria porque nele “conhecimento mobiliza a geração de novo conhecimento ...” (CASTELLS. 1998. p. 34).

---

<sup>15</sup> Projeto Integrado de Pesquisa "Organização do Conhecimento e Políticas de Informação", desenvolvido com apoio do CNPq, tendo sua 1.a fase finalizada em 1998.

Vamos agregar outra afirmação: no modo informacional de desenvolvimento, a informação sobre a informação, informação de “segundo grau” ou metainformação, terá a mesma relevância e prioridade que já foram atribuídas à informação.

Em primeiro lugar, consideramos que o conceito de informação designa uma construção sujeita a uma dupla determinação. Por um lado, a informação recebe as determinações do informar, de um processo de produção que a contextualiza e a situa em relação a outras informações, num regime de informação ou num “universo de informação” (um modo de inscrição dos saberes culturais em textos, imagens, obras de arte, com uma base técnica e operacional de preservação, tratamento e transmissão).

Por outro lado, a informação recebe as determinações daquilo acerca do que informa, – endereçando-nos a uma formação discursiva e seus universos de referência. Estabelece assim relações com uma ordem cultural, estética ou cognitiva, as quais remetem seus valores semânticos ou os conteúdos aos quais a informação aponta e nos quais desponta sua informatividade.

Em cada prática ou ação que constitui ou define um valor de informação, podemos diferenciar logo dois “estratos”: o da informação de primeiro grau, ou simplesmente informação, e o da informação de segundo grau, ou metainformação, que, de maneira explícita ou implícita, define as condições de produção e de transmissão das informações, e de sua transformação em conhecimento.

Um dos papéis principais do plano metainformacional é definir o contexto em que uma informação faz sentido.

Para que uma comunicação seja efetiva, é necessário que os participantes além de partilhar uma linguagem, possuam uma base comum de conhecimentos que permita reconstituir os contextos de cada nova enunciação. Nos processos discursivos habituais ou cotidianos, a maior parte desse contexto está geralmente implícito. Em geral, porém, todo processo de comunicação de informação requer algum grau de explicitação do contexto. Qual é a quantidade ou qualidade da informação contextualizadora que depende de cada situação de uso de informação. Por exemplo, é necessário dispor da escala métrica para “ler” as informações espaciais de um mapa geográfico.

Se as metainformações formam muitas vezes um pano de fundo compartilhado e pressuposto em ambientes habituais de informação, qualquer mudança no ambiente informacional pode requerer um esforço adicional para explicitar o contexto, assim como a construção de novos indicadores de metainformação.

Nas sociedades complexas, a metainformação tem múltiplos papéis: a) na gestão de recursos de informação; b) no desenho e operacionalização de serviços e produtos de recuperação e transferência de informação; c) nas atividades de pesquisa, gestão e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos; d) na formulação de políticas de informação; e, e) na elaboração de estratégias de ação em qualquer campo da atividade social: dos negócios, da indústria, da sociedade civil organizada .

A Biblioteca Universitária, responsável pelo acesso às informações, é ao mesmo tempo produtora e usuária de informações sobre as informações, tal como a informação referencial. Tem assim uma dupla responsabilidade na Gestão do Conhecimento da Universidade, como uma das mediações principais na produção do conhecimento e do metaconhecimento.

No presente estudo, procuramos estabelecer as trajetórias organizacionais e tecnológicas da informação referencial, como mapeamento e operacionalização da metainformação, através de sua passagem da forma de Bibliografias Impressas para Bases de Dados digitais, e sua posterior migração para o meio interativo das Redes de Comunicação Remota; e qual é o papel da Biblioteca Universitária nessa cadeia? Na pesquisa realizada entre 1996 e 1998, tomamos como campo de observação e análises, informações referenciais no domínio dos estudos em Ciência da Informação e em Comunicação.

## **2 O HORIZONTE CONCEITUAL: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E META-CONHECIMENTO**

Afirmamos que essas informações de segundo grau, que explicitam os contextos da informação, estão antecipando algumas das possibilidades mais imediatas de uso dessa informação na produção de conhecimento ou tomada de decisão. Nossos mapas de metainformação (catálogos, bases de dados, bibliografias e citações) são insumos para que um pesquisador, um estudante, uma organização, possam adquirir e aprofundar o metaconhecimento necessário para desenvolver com sucesso seus planos de ação.

Metaconhecimento seria o conhecimento que diferentes sujeitos e instituições possuem sobre seu próprio conhecimento, sobre os conhecimentos de outros agentes, e sobre as possibilidades e esferas de sua aplicação.

O papel do metaconhecimento é assim fundamental em toda ação ou operação envolvendo o conhecimento: a) para estabelecer relações entre conhecimentos; b) nos processos de aprendizagem; c) nas atividades de sínteses ou “compilação” dos

conhecimentos; d) na passagem ou deslocamento entre níveis e tipos de conhecimentos (entre o conhecimento teórico e o prático, entre diferentes disciplinas, entre especialistas e leigos).

Podemos dizer, em síntese, que as fontes de metainformação (como as Bases de Dados Bibliográficos ou a Produção Intelectual) são logo fundamentais nos processos contínuos e correntes de produção de conhecimento e de metaconhecimento, e não só em termos de controle, recuperação e busca da informação.

Um outro aspecto importante desta abordagem consiste em destacar o caráter decisional e normativo de nossos dispositivos de informação.

Em geral, podemos afirmar que toda ação, serviço ou produto de informação deve ser compreendido à luz das práticas sociais que os agenciam, seus objetivos e seus arcabouços institucionais. Consideramos assim a metainformação como o conjunto de regras, explícitas ou implícitas, que intervêm na produção social de um valor de informação. Tais regras, por outro lado, não são fixas nem imutáveis, estão sujeitas a reformulação e negociação.

Frohmann afirma que:

“Na medida em que seguir uma regra é uma política e as práticas são necessariamente públicas, as regras estão firmemente embebidas na vida social. Mais ainda, a identidade da prática de uma regra ou sistema de regras depende de seu papel na vida social. ...a recuperação de textos designa um conjunto de práticas sociais específicas.” (FROHMANN. 1990. p. 92, 97).

A estrutura de uma base de dados dependerá dos objetivos das instituições que as produzem, assim como dos múltiplos contextos (cognitivos, acionais, tecnológicos) sobre os quais ela introduz um recorte seletivo e preferencial.

Falaremos de políticas de informação (ou micropolíticas), para designar as figuras decisoriais e normativas do que seja desejável para um agente coletivo ou institucional acerca da geração, circulação e uso da informação, e os mecanismos utilizados para sua efetivação. Essas figuras políticas estariam presentes, de forma implícita ou formalizada nas ações de transferência de informação, e em algumas de suas dimensões sujeitas a escolha e decisão: a) os objetivos e julgamentos de valor (tal como relevância e atualidade) que organizam e direcionam os critérios de seleção; b) o universo das fontes e o universo de seus produtores; c) o universo de uso ou destinação; d) o escopo e abrangência ou domínio intelectual da informação; e) modelos e operações de tratamento da informação; f) infra-estruturas tecnológicas.

Nem todas essas dimensões estão porém, igualmente e de fato abertas a critérios seletivos e escolhas singularizadas.

As tecnologias de informação interferem na formulação de estratégias de transferência de informação, na medida em que sua oferta e apropriação estão mediadas ora pelas estratégias de competição ou monopolizadoras dos agentes dos mercados, ora pelas prioridades e regulamentações do Estado.

Nesse sentido, pode falar-se de “padrões de fato” das tecnologias, resultantes não de estruturas funcionais, mas de segmentações e conjunturas dos mercados, que tem igualmente um efeito de regulação e constrangimento sobre as práticas de informação.

Por sua vez as organizações, que são os agentes das ofertas de produtos e serviços de informação, metamodelizam as trocas de informação dos geradores e usuários de conhecimento/informação conforme suas metas corporativas. Mediante sua intervenção, nos propõem otimizar esses fluxos de informação através de processos de agregação de valor, porém, conforme sua definição preferencial e seletiva de valor. Podem assim produzir, ao mesmo tempo, a ampliação e a redução ou perda de valores de uso da informação. Nesse sentido, afirmamos que toda ação de transferência de informação agrega e desagrega valores de informação.

Finalmente, os modelos elaborados pelos profissionais de informação podem contribuir para ampliar, reproduzir ou estreitar os julgamentos seletivos e regras que definem um ambiente informacional numa esfera de ação.

É necessário assim a definição de estratégias de desenvolvimento informacional e metainformacional para as Bibliotecas Universitárias (arcabouços organizacionais, tecnologias e modelos) de modo que, antes de contabilizar o impacto atual das tecnologias de informação, participem em plenitude do Projeto da Universidade do Futuro.

Neste trabalho enfatizaremos o papel dos arcabouços organizacionais das ações de informação na agregação e desagregação seletiva de valores de informação.

## **2 METAINFORMAÇÃO E METACONHECIMENTO ATÉ A DÉCADA DE 80: AS BIBLIOGRAFIAS NACIONAIS.**

Uma das premissas dos modelos organizacionais das ações de informação, consistia em atingir a universalidade pela totalidade.

Alguns séculos antes da emergência do conceito de Sociedade Global, o Iluminismo idealizava as condições de constituição de uma Sociedade Universal. Mais de dois séculos

depois, após a 2<sup>a</sup> Guerra, surgiram as Instituições Internacionais ainda vigentes, bem como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

No domínio das ações e instituições de informação, foram também idealizadas e levadas a prática iniciativas de caráter abrangente e totalizador. Dois modelos são significativos. O primeiro, o idealizado por Paul Otlet, tem um princípio de concretização na Federação Internacional de Documentação (FID) o segundo, agenciado pela UNESCO, idealiza os Sistemas Nacionais de Informação Científico-Tecnológica.

O primeiro modelo, se constitui em torno do conceito de Bibliografia, que tem em Paul Otlet um dos seus fundadores. Na concepção de Paul Otlet, o objetivo final da Bibliografia, antes de ser Bibliografia Universal era ser Livro Universal, Fonte, Summa, o “Biblion” que estabeleceria elos entre elementos e materiais dispersos em todas as publicações relevantes. Nessa direção, o desenvolvimento das bibliografias seguia dois princípios: o princípio monográfico ou princípio mosaico, e o princípio enciclopédico.

O princípio monográfico daria lugar a uma das primeiras tecnologias de informação: a ficha (folhas soltas e padronizadas) que, como unidades discretas de registro, permitiriam a “consulta”: uma interrogação rápida, seletiva e proposital de fontes de informação. Tratar-se-ia de liberar o “valor de uso” do conteúdo do documento, através de um processo de análise ou “dissecção”.

O princípio monográfico, analítico, seria compensado dialeticamente pelo princípio enciclopédico, sintético, operado através da nova agregação e redistribuição seletiva e significativa dos itens de informação. Por este princípio, o valor de uso ficaria liberado, assim, não só dos limites do documento, mas também dos limites do acervo de uma unidade de informação.

Todos os “repertórios” (o resultado da dialética do princípio mosaico e o princípio enciclopédico) estariam intelectualmente interrelacionados por metodologias de arranjo sistemático, tais como as oferecidas pelos esquemas gerais de classificação. A Classificação Decimal Universal (CDU) ofereceria um “imenso mapa do conhecimento”, permitindo, por sua incorporação do mecanismo modular e compositivo das facetas, um arcabouço onde as idéias poderiam articular-se umas com as outras de diversas maneiras. A totalidade do conhecimento universal correspondia, assim, à unidade complexa e totalizadora de um Esquema Geral de Classificação.

As Bibliografias Brasileiras Impressas foram desenvolvidas dentro desse conceito Bibliográfico pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). A essa ação corresponde a primeira bibliografia nacional na área de Documentação.

O escopo e abrangência da Bibliografia Brasileira de Documentação é definido pelo conceito de “Documentação”. Na introdução de sua edição de lançamento, assinado pelo Prof. Edson Nery da Fonseca, onde se lê:

*“A palavra Documentação é aqui empregada numa acepção muito ampla, compreendendo a organização do trabalho intelectual, a informação científica, a bibliologia, a bibliografia, a bibliofilia, a biblioteconomia, a bibliotecografia, a bibliotecnia, as artes gráficas. A indústria e o comércio de livros, a Museologia, a Arquivologia, em fim, todas as técnicas...de produção, reunião e difusão de documentos.”*(BBD0C. 1960. p. 9)

Num segundo momento, a idéia de uma ação de informação dirigida à reunião representacional de uma totalidade do conhecimento, ficaria ligada a figura do Estado-Nação, como se um espaço ideal do saber reproduzisse as fronteiras do território.

Na década de 60, a UNESCO assume o papel de promover atividades de informação científico-tecnológica. Em 1972, na XVII Conferência Geral da entidade é criado o programa inter-governamental UNISIST (Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica), que teria como uma de suas finalidades superar as assimetrias entre os países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, favorecendo a transferência de informações científico-tecnológicas.

Cada país membro deveria criar “organismos centrais de coordenação”, que seriam responsáveis pelas políticas nacionais de informação. Em 1974, uma nova Conferência Inter-Governamental da UNESCO, elaborou o conceito de Sistema Nacional de Informações (NATIS).

A partir de 1975, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antes Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), seria o órgão estatal responsável pela coordenação do sistema de informação científica e tecnológica do país. Nesse mesmo período, a Bibliografia Brasileira de Documentação foi absorvida e transformada na Bibliografia Brasileira de Ciência da Informação.

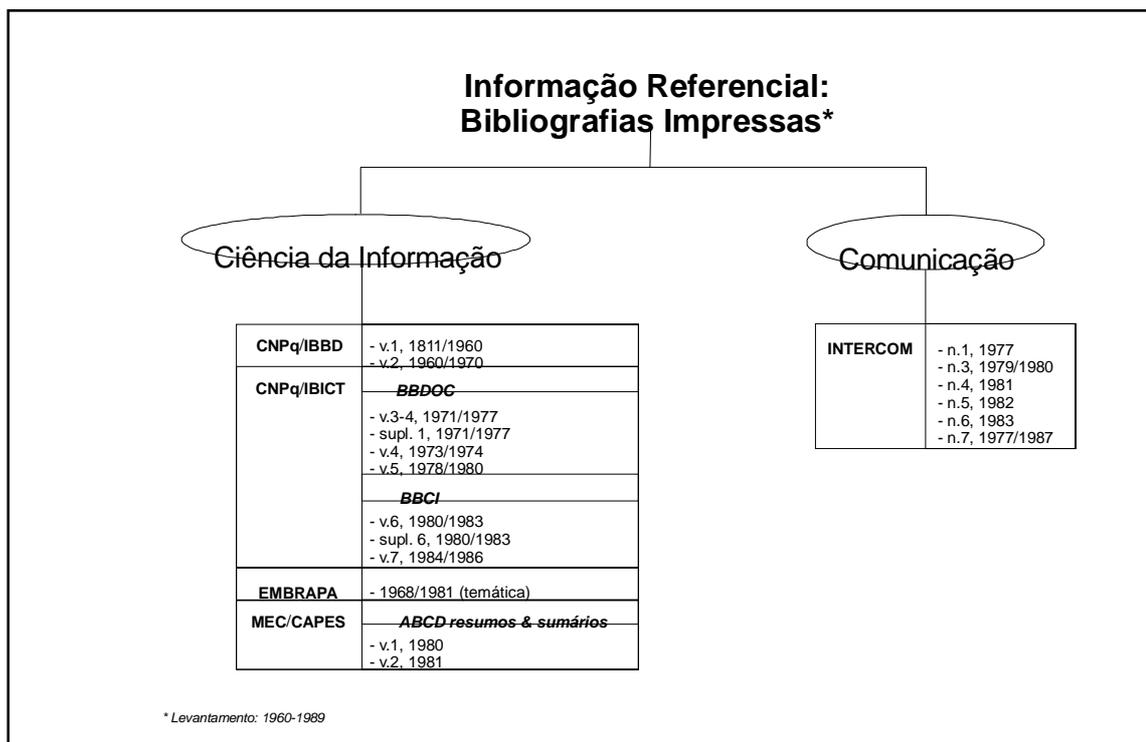
Nessa segunda fase, as bibliografias vêm reforçada sua dupla função: a de controle bibliográfico do conhecimento registrado, e a de controle e mapeamento da produção intelectual nacional, visando a constituição de um sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica. A idéia de totalidade não tem como meta a universalidade mas uma esfera idealmente cooperativa e internacional, e, de fato, sob a hegemonia modelar da UNESCO.

A informação de segundo grau ou metainformação era reconhecida por seu potencial para acompanhamento, gestão e avaliação da produção científica.

A partir do final da década do 80, o IBICT não inclui entre as suas atribuições prioritárias a publicação de bibliografias impressas. Contribuem para isso duas mudanças: a) o papel do IBICT passaria de órgão acolhedor ou responsável pelo controle da produção intelectual e bibliográfica nacional, a órgão coordenador de ações descentralizadas das grandes instituições setoriais envolvidas nas atividades de informação científica e tecnológica; b) as novas facilidades da tecnologia digital apontavam para o desenvolvimento de bases de dados de acesso em linha .

Em nossa área específica de estudo, o Centro de Informações em Ciência da Informação (CCI) assume o controle da Literatura Brasileira em Ciência da informação. A Bibliografia Brasileira da área ficaria incluída na Base de Dados LICCI, do acervo Institucional do IBICT, podendo ser recuperada isoladamente graças a comandos estabelecidos no desenho da base.

Quadro 1



Na área de Comunicação, o acompanhamento da produção científica brasileira foi desenvolvido, em diferentes momentos e por diferentes agentes e organizações: a) através da

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM); b) como parte das Bibliografias Nacionais Brasileiras; c) sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo e com o apoio do IBICT.

Desde 1988 a produção intelectual desta área tem sido divulgada através da Revista Brasileira de Comunicação.

Segundo o documento da Dináh Población, desde 1993 a INTERCOM vem mantendo a base de dados PORTCOM - Literatura da área de Comunicação em língua portuguesa e participando da Rede Latino-Americana de Comunicação - COMNET-AL. Esse instrumento tem divulgado a produção científica da área e disponibilizado a informação sobre livros, teses, dissertações, artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros e, comunicações em eventos.

À partir de 1998 a INTERCOM está operacionalizando a Rede Nacional de Centros de Informação e Bibliotecas da Área de Comunicação - RENCIC.

O Quadro 1 demonstra a situação da informação referencial de ambos os campos apontando as instituições responsáveis e o estado da coleção.

#### **4 DIGITALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO REFERENCIAL E ACESSO *ON LINE* LOCAL**

Na década do 90, encontramos um novo panorama. O desenvolvimento da Pós-Graduação no país, vem fortalecendo o papel das universidades na produção de conhecimentos científico-tecnológicos. Para reconstruir a situação da informação referencial, aplicamos um questionário não só às instituições que tinham sido produtoras de bibliografias impressas em Ciência da Informação e Comunicação, mas também às Universidades Públicas que possuíam Pós-Graduação nessas áreas, assim como à algumas Instituições Culturais, que teriam também um papel significativo nas pesquisas das Ciências Humanas.

Como resultado, obtivemos o cadastro de aproximadamente 20 bases de dados, com 12 entidades produtoras (entre Instituições de Ensino Superior, Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, e Instituições Culturais). Nesse conjunto, um número significativo das bases de dados cadastradas era produto da automação dos Catálogos Coletivos das Bibliotecas ou dos Sistemas de Bibliotecas das Universidades, ou do controle automatizado da produção institucional, principalmente de Dissertações e Teses. Conforme ROWLEY, podemos falar

neste caso de Bases de Dados Catalográficos. Tratava-se logo de Bases de Dados Catalográficos, de acesso em linha local, desempenhando a função de catálogo coletivo.

Um Catálogo Coletivo implica ao mesmo tempo em duas realizações:

- a) Por um lado, consiste na Rede de Unidades de Informação, institucional ou inter-institucional, que age de forma cooperativa e coordenada no controle de acervos documentais (de monografias, periódicos, teses, entre outros), de modo a possibilitar a composição representacional de um universo de fontes documentárias a partir dos acervos localizados e dispersos nas diferentes unidades cooperadas. É possibilitado assim o acesso, desde qualquer uma das unidades envolvidas, ao corpo das fontes em sua totalidade, primeiro através da informação referencial, e depois dando acesso aos documentos primários;
- b) por outro lado, o próprio Catálogo Coletivo, fonte secundária de informação, que pode desdobrar-se num conjunto de produtos (Catálogo de Títulos, Cadastro de Bibliotecas ou Unidades de Informação Participantes etc.) e pode apresentar-se em diferentes formatos e veículos (Catálogos Impressos, CD-ROM, Base de dados de acesso *on-line* e por redes de comunicação remota).

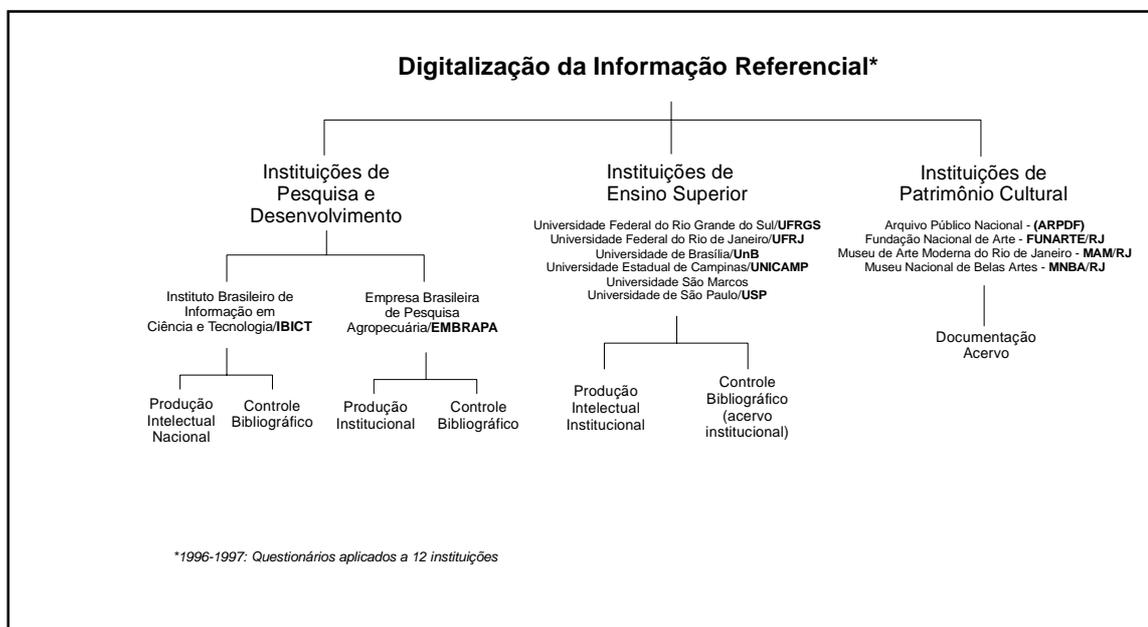
Tratando-se em sua maioria de bases de dados catalográficas de acervos universitários ou de instituições culturais orientadas à preservação do patrimônio intelectual e cultural nacional, elas incluem a produção brasileira literária e cultural, nas áreas envolvidas, dentro do escopo e abrangência de seus objetivos organizacionais. Assim, nas Instituições Universitárias, os acervos estão atrelados em grande parte às bibliotecas setoriais, cujo escopo e abrangência são definidos pelas Faculdades, Escolas, Centros e Departamentos que constituem a estrutura organizacional das universidades.

Nossos mapas de metainformação, na universidade, tiveram que adequar-se primeiro às categorias organizacionais e depois às grandes classes dos sistemas de classificação tradicionais, como a Classificação Decimal Universal (CDU) ou a Classificação Decimal de Dewey – *Dewey Decimal Classification* – (CDD), ou, em alguns casos, à outros esquemas classificatórios das áreas do conhecimento, como o do CNPq. Logo, é um mapa voltado para dentro da universidade priorizando critérios de vinculação disciplinar, em boa medida inadequados com respeito às formas atuais de produção de conhecimento: interdisciplinar, organizada em torno de problemas ou “missões”. No caso da Ciência da Informação e da Comunicação, a produção de conhecimentos é feita em redes abertas e diversificadas. Os pesquisadores se movimentam assim, desde seus domínios mais específicos à Sociologia, à

Cosmologia, à Economia, ao Direito, à Filosofia e às Ciências da Computação, entre outras; das fontes convencionais às fontes inesperadas: a tradição oral, a música popular, os jornais, exposições da produção industrial – o invisível do que é visível no cenário humano.

É interessante observar, aliás, o efeito que a desativação do conceito de “Bibliografias Brasileiras”, teve sobre o metaconhecimento da produção científica brasileira. Na medida em que a base de dados catalográficos exerce o controle bibliográfico sobre os itens documentários que compõem um acervo ou coleção, o mapa da produção intelectual nacional fica disperso, com justaposições e ausências significativas, nos plurais catálogos coletivos de diversas bibliotecas e sistemas e redes de bibliotecas.

Quadro 2



Temos outras mudanças significativas: a produção de “metainformação” é cada vez mais uma função associada à produção da informação de primeiro grau. As universidades, entidades produtoras de informação de primeiro grau (resultados de pesquisas, dissertações e teses), com grande parte de sua produção intelectual digitalizada, converteu-se num dos mais importantes repositórios brasileiros de informação acessível por computador. Podem assim assumir facilmente o duplo papel de produtoras dos dois tipos de informação: a de primeiro grau (os textos completos da produção intelectual) e a de segundo grau (a representação referencial e cadastral de produtos e produtores de informação).

## 5 BIBLIOTECAS DIGITAIS, BIBLIOTECAS VIRTUAIS

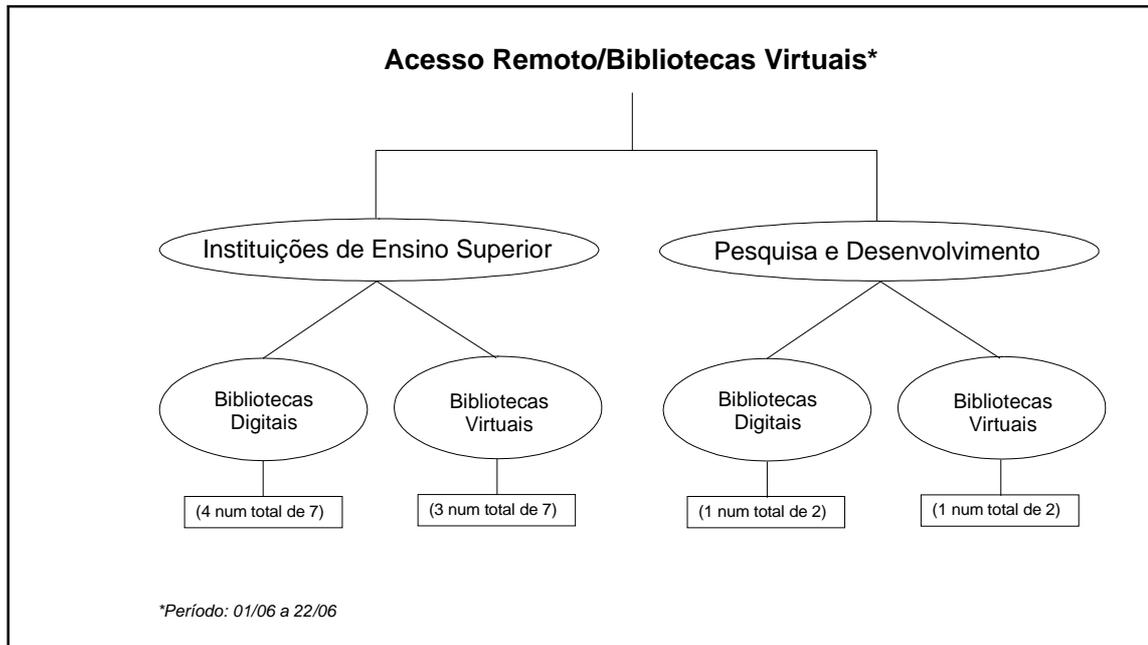
Com a rápida expansão das redes de comunicação remota no complexo universitário brasileiro pela conexão RNP/INTERNET, aconteceu a migração progressiva das bases de dados referenciais e catalográficas de acesso local e em linha para formas de acesso remoto, via Telnet ou Internet.

Para acompanhar este processo, e dada a multiplicidade de definições encontradas na literatura, construímos, a efeito deste estudo, duas categorias para caracterizar os arcabouços socio-técnicos dessa migração:

- a) Bibliotecas Digitais: quando as Bases de Dados Catalográficos Digitais são disponibilizadas para acesso local e remoto via Internet, visando o uso do acervo por diferentes formas de consulta e empréstimo – incluídos os serviços de comutação;
- b) Bibliotecas Virtuais: quando além das Bases de Dados Catalográficos de acesso *on-line* (local ou remoto) através de “*links*” e de repositórios de informação de primeiro grau, disponibiliza o acesso e uso de informações que alargam o ambiente informacional da universidade além das fronteiras de seus acervos e de seus espaços organizacionais e locais de consulta e interação.

Conforme o resultado de nossa primeira análise, as Bibliotecas Digitais são as herdeiras das Bases de Dados Catalográficas – para umas poucas bibliotecas, a migração ao meio de comunicação remoto e interativo significou também a experimentação da virtualização. Uma mesma infra-estrutura tecnológica levou à construção de diferentes dispositivos de informação.

Quadro 3



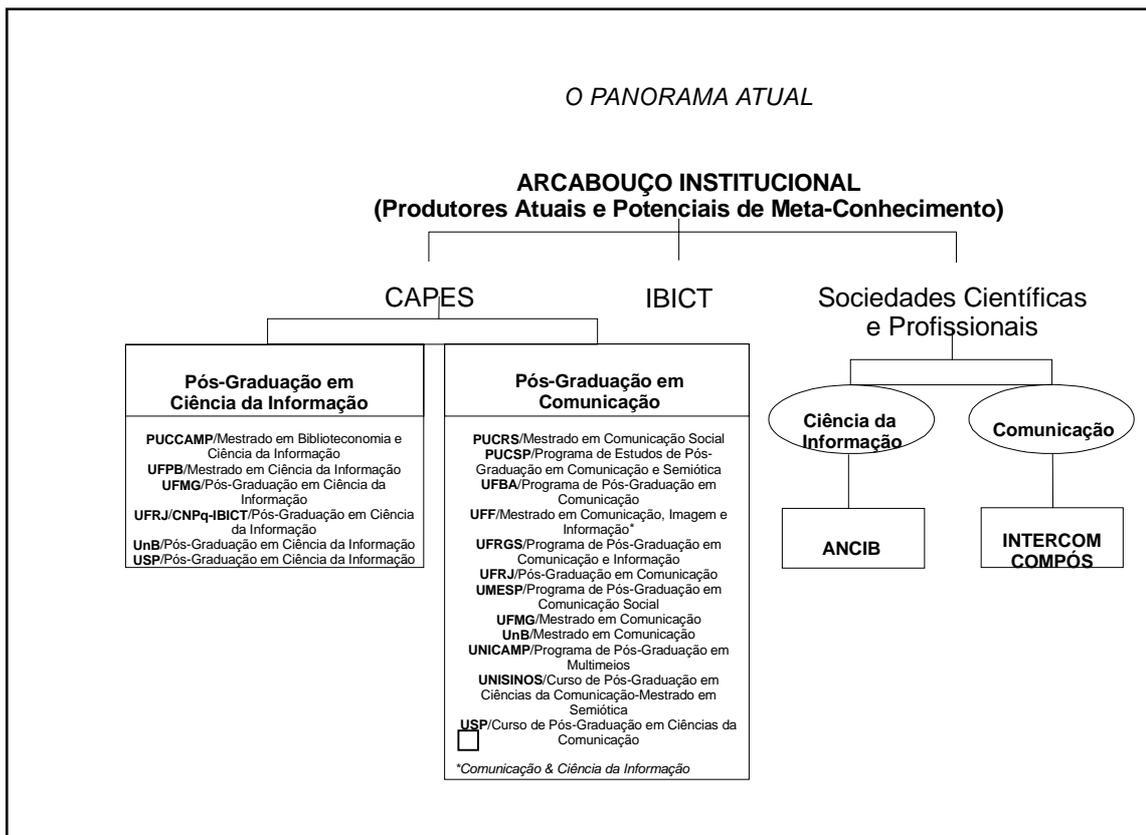
\*1997

## 6 PANORAMA ATUAL: PRODUTORES ATUAIS E POTENCIAIS DE META-CONHECIMENTO.

No cenário atual, o monitoramento da produção local de conhecimentos envolve diferentes atores do Estado e da Sociedade: a) O Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o CNPq e o IBICT, com sua tradição de planejamento, gestão e exploração de Bases de Dados e de Indicadores em Ciência e Tecnologia; b) a CAPES, que foi aperfeiçoando seus instrumentos de acompanhamento e avaliação dos Programas de Pós-Graduação; c) as próprias Universidades; d) as Sociedades Científicas, tais como, em nosso campo de estudo, a ANCIB, a INTERCOM, a COMPÓS.

Estes atores constituem, no conjunto, algumas das principais parcerias para a construção e atualização dos mapas de metainformação. A Base de Dados SITE, de Teses e Dissertações, desenvolvida pelo IBICT, está buscando o caminho para a efetivação dessas parcerias.

Quadro 4



Como estas parcerias poderiam contribuir para a passagem da Biblioteca Digital à Biblioteca Virtual? Que outros interlocutores e parcerias teríamos que agregar, navegantes e cartógrafos do metaconhecimento?. Seria necessário, porém, dar alguns passos a mais, para considerar o que seria a virtualização da própria universidade, meta e direção da Biblioteca Virtual.

## 8. BIBLIOGRAFIA

- BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DOCUMENTAÇÃO (BBDOC) - 1811/1960. Rio de Janeiro: IBBD, v. 1, p. 1-237, 1960.
- CASTELLS, N. La ciudad informacional. Tecnologías de la informacion, reestructuracion económica y el processo urbano regional. Madrid: Alianza, 1995.
- FROHMANN, B. Rules of indexing: Critique of mentalism in information retrieval theory. Journal of Documentation. v. 46, n. 2, p. 81-101, 1990.
- HAZEN, D. C. Collection Development Policies in the Information Age. College & Research Libraries , v. 56, n. 1, p. 29-31, 1995.
- HEARTSILL, Young. The ALA glossary of library and information science. Chicago: American Library Association, 1983
- IBICT. Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas. Brasília, 1994. Microfichas.

- LEVY, P. ,Essai sur la Cyberculture: L'Universel sans Totalité. disponível na Internet <<http://www/pierre/cyberculture/cyberculture.html>> 06/1998
- PRYTHERCH, Ray.Harrood's librarians'glossary of terms used in librarianship, documentation and the book crafts and reference book. England: Gower, 1987.
- RAYWARD. W. B. The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). International Forum on Information and Documentation, v. 22, n. 2, p. 3-15, April 1997.
- ROWLEY, Jennifer. Informática para bibliotecas. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1994